

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA CIVIL

Individual e Coletiva

5.^a edição revista e atualizada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097041

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA CIVIL
INDIVIDUAL E COLETIVA

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

PREFÁCIO A 1.ª EDIÇÃO

Thereza Alvim e Arruda Alvim

5.ª edição
revista e atualizada

1.ª edição: 1997 – 2.ª edição: 2000 – 3.ª edição: 2006 – 4.ª edição: 2009.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Visite nosso site: www.rt.com.br

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [08-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [09-08-2013]



ISBN 978-85-203-4920-5

981920

SUMÁRIO

NOTA À 5. ^a EDIÇÃO	9
NOTA À 4. ^a EDIÇÃO	11
NOTA À 3. ^a EDIÇÃO	13
NOTA À 2. ^a EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO	23
1. A SENTENÇA CIVIL COMO TÍTULO EXECUTIVO.....	31
1.1 A sentença civil e a regra do art. 162 do CPC.....	31
1.2 As sentenças declaratória, condenatória, constitutiva, mandamental e executiva <i>lato sensu</i> – Natureza da sentença prevista no art. 475-J do CPC	38
1.3 Sentença declaratória e a regra do art. 475-N, I, do CPC	41
1.4 A sentença condenatória e a Lei 11.232/2005.....	47
1.5 Análise comparativa das sentenças que determinam o pagamento de soma em dinheiro (art. 475-J e ss.) e das sentenças que determinam o cumprimento de dever de fazer, não fazer e entregar coisa (arts. 461 e 461-A).....	49
1.6 Condenação, liquidação e execução no mesmo processo: ações sucessivas, na mesma relação jurídica processual	53
2. O INSTITUTO DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NA HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO E NO DIREITO ESTRANGEIRO	57
2.1 Breve histórico do instituto no direito brasileiro	57
2.2 Direito estrangeiro.....	58
2.2.1 Direito italiano.....	59
2.2.2 Direito alemão	62
2.2.3 Direito português.....	63
2.2.4 Direito espanhol	67
2.2.5 Direito argentino.....	69
2.3 Tendências do processo civil latino-americano.....	70
3. TÉCNICAS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO CPC BRASILEIRO.....	75
3.1 O modelo de liquidação de sentença adotado pelo Código de Processo Civil.....	76

3.2	Natureza jurídica.....	79
3.2.1	Nova ação no mesmo processo ou procedimento?.....	79
3.2.2	Autonomia da ação de liquidação de sentença, tanto em relação à ação de conhecimento que lhe é anterior, quanto em relação à ação de execução que lhe é posterior	92
3.2.3	Natureza da liquidação de sentença, após a Reforma da Lei 11.232/2005 – A ação de liquidação, no contexto do processo sincrético	103
3.3	Sentença – Necessidade de liquidez	104
3.3.1	Considerações gerais	104
3.3.2	Pedido genérico	105
3.3.3	Pedido certo e sentença ilíquida – Pedido genérico e sentença líquida.....	106
3.3.4	Vedação de proferimento de sentença ilíquida, na hipótese do art. 475-A, § 3.º, do CPC – Algumas hipóteses de rito sumário (art. 275, II, <i>d e e</i>).....	111
3.4	Espécies de liquidação de sentença.....	112
3.4.1	Liquidação por arbitramento	115
3.4.2	Liquidação por artigos.....	118
3.4.3	Possibilidade de julgamento antecipado da liquidação	120
3.4.4	Apuração de prejuízos – Art. 811 (cautelar) – Arts. 627, 633 e 638 (execução de fazer ou não fazer)	121
3.4.5	Possibilidade de opção pelo procedimento – A Súmula 344 do STJ .	122
3.5	Procedimento da liquidação de sentença	130
3.5.1	Objeto litigioso na liquidação – Requerimento (<i>rectius</i> , pedido) de liquidação	130
3.5.2	Liquidação “provisória”	134
3.5.3	Intimação do réu.....	136
3.5.4	Ônus da prova e liquidação de sentença	141
3.5.5	Liquidação que chega a valor igual a zero – Hipótese de improcedência do pedido de liquidação	145
3.5.6	Natureza da decisão que julga a liquidação (art. 475-H) – Coisa julgada – Cabimento de ação rescisória – Possibilidade de interposição de embargos infringentes do acórdão que julga agravo interposto dessa decisão.....	154
3.6	Liquidação de sentença e coisa julgada.....	156
3.6.1	Impossibilidade de desrespeito à coisa julgada que se opera tanto sobre a sentença liquidanda (1.ª coisa julgada) quanto sobre a decisão que julga a liquidação (2.ª coisa julgada), ou à sentença liquidanda, ainda que não transitada em julgado.....	156
3.6.2	Fato novo, ocorrido após o término da liquidação, que altera a quantia exequenda.....	172

3.7	Liquidação de outros títulos executivos judiciais	175
3.7.1	Considerações gerais	175
3.7.2	A liquidação da sentença penal – A Lei 11.719, de 20 de junho de 2008.....	175
3.7.3	Liquidação de sentença arbitral – Admissibilidade e peculiaridades procedimentais	183
3.8	As questões ligadas à execução específica convertida em execução genérica e ao Termo de Ajustamento de Conduta	185
4.	A APURAÇÃO DO VALOR POR CÁLCULO (CPC, ART. 475-B).....	189
4.1	Incidente no início da fase de cumprimento da sentença.....	189
4.2	Controle jurisdicional da memória de cálculo apresentada pelo credor – Matéria de ordem pública – A questão do contraditório	195
4.3	A objeção de execução (ou de pré-executividade).....	205
4.4	Confecção dos cálculos pelo contador do juízo – Particularidades procedimentais.....	213
4.5	Requisição de dados necessários para a confecção da memória de cálculo ..	216
4.6	Inaplicabilidade do art. 475-B do CPC à execução contra a Fazenda Pública	218
5.	OUTRAS QUESTÕES RELATIVAS À LIQUIDAÇÃO E À ATUALIZAÇÃO DA QUANTIA EXEQUENDA NO CURSO DA EXECUÇÃO.....	225
5.1	Atualização do valor em execução, no curso da fase de cumprimento – Ônus do credor?.....	225
5.2	Desnecessidade de nova citação, após a atualização do valor – Descabimento de honorários advocatícios	226
5.3	Recurso cabível contra a decisão que aprova contas de atualização	227
6.	A PREVISÃO LEGAL DE INEXISTÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS – LEIS 9.099/1995 E 10.259/2001	235
6.1	Competência dos Juizados Especiais e acesso à Justiça	235
6.2	Proibição de sentença ilíquida, ainda que genérico o pedido	242
6.3	Princípios a serem observados na definição do <i>quantum debeatur</i>	244
6.4	O juízo de equidade na apuração do valor da condenação	252
7.	TEORIA GERAL DAS AÇÕES COLETIVAS – LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA.....	255
7.1	Teoria geral das ações coletivas	255
7.1.1	Considerações gerais	255
7.1.2	Direitos coletivos <i>lato sensu</i>	258
7.1.2.1	Direitos difusos.....	261
7.1.2.2	Direitos coletivos.....	269
7.1.2.3	Direitos individuais homogêneos	270
7.1.2.4	Especialmente as relações jurídicas tributárias	277

7.1.3	Legitimidade para as ações coletivas	290
7.1.4	A discutível questão da legitimidade do Ministério Público para as ações relativas a direitos individuais homogêneos	293
7.1.5	Coisa julgada coletiva – Contornos	307
7.2	Liquidação de sentença coletiva.....	322
7.2.1	Condenação genérica e necessidade de liquidação.....	322
7.2.2	Objeto da liquidação individual da sentença coletiva	323
7.2.3	Apuração por mero cálculo – Impossibilidade	325
7.2.4	Legitimados ativos para a liquidação da sentença. Liquidação individual da sentença coletiva e liquidação coletiva	325
7.2.5	Particularidades da liquidação da sentença coletiva decorrentes da finalidade da indenização	328
7.2.6	Procedimento da liquidação: prova de fato novo e arbitramento.....	330
7.2.7	Constituição do fundo de defesa dos direitos difusos	337
	REFLEXÕES FINAIS.....	339
	BIBLIOGRAFIA	355
	ÍNDICE LEGISLATIVO.....	377
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	381
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	387
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	395